

CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DO NEOLIBERALISMO E DO LIBERAL CONSERVADORISMO NO MUNDO

THE NEOLIBERALISM AND LIBERAL CONSERVATISM SOCIAL EFFECTS IN THE WORLD

Mauri Antônio SILVA* 

Resumo: O objetivo geral do artigo é analisar as ideologias neoliberais e conservadoras em sua relação com o poder dos capitalistas em escala internacional e nacional, bem como suas repercussões sociais. A metodologia utilizada é a pesquisa teórico-bibliográfica. O resultado da pesquisa realizada demonstra que há um crescente poder do Estado e a retirada dos direitos sociais e trabalhistas se manifesta como uma resposta do capital às suas crises cíclicas, aumentando as desigualdades sociais e fracassando em sua promessa de restaurar o crescimento econômico.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Conservadorismo. Direitos sociais.

Abstract: This article aims to analyse the neoliberal and conservative ideologies in their relations with capitalists power on an international and national scale as well as their social impacts. The methodology used is based on theoretical-bibliographic research. The results reveals that exists an increasing States capital power and the withdrawal of social and labour rights manifests itself as a response by capital to its cyclical crises, increasing social inequalities and failing in its promise to restore economic growth.

Keywords: Neoliberalism. Conservatism. Social rights.

Submetido em 01/06/2021.

Aceito em 27/03/2022.

* Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC; Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP/UFSC); bacharel em Serviço Social pela UFSC e licenciado em Estudos Sociais e História pela UDESC. Professor Doutor, do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Tocantins (UNITINS). Brasil. E-mail: mauri.silva19@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

Introdução

A tese do Estado mínimo dos neoliberais que foi anunciado como uma resposta da burguesia internacional a crise capitalista de 1973 quando todo o mundo capitalista desenvolvido desembocou numa longa e profunda recessão, conjugando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mostrou-se fracassado do ponto de vista dos seus resultados econômicos e sociais (ANDERSON, 1995).

Os estudos referenciados no aporte marxiano demonstram como o Estado foi fundamental para a reprodução de uma ordem sócio-metabólica a serviço do capital nas últimas décadas quando o que era requerido diante da crise estrutural do capital era a retirada de direitos para que com essas ações no plano da legislação se pudesse retomar a taxa de lucro em queda desde a década de 1970, mesmo que isso significasse o aprofundamento do fosso social entre capitalistas e trabalhadores.

Os imperativos da acumulação e expansão do capitalismo levam este sistema de produção às periódicas crises econômicas, onde a presença do Estado é requerida para salvar os capitalistas da falência. Em um sistema capitalista, as políticas de Estado estão voltadas para a reprodução do capital em detrimento da garantia do bem-estar social (SILVA, 2017).

Segundo Mézáros (2009, p.17), nós adentramos desde os anos 1970, numa fase de crise estrutural do capital que invade “todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural”, com a consequente ampliação da precarização estrutural do trabalho em escala global, no interior das crises cíclicas que se desenvolvem deste então. Por isto, assistimos hoje a uma tendência socialmente regressiva da modernidade, ou seja, os capitalistas exigem cada vez mais a redução drástica dos salários, o desmonte da legislação trabalhista e previdenciária, para recuperarem suas taxas de lucro.

Como veremos a seguir, estudos realizados por analistas críticos convergem para a constatação de que as políticas neoliberais surgidas como resposta da burguesia a crise capitalista de 1973, reforçam o poder do Estado a serviço do capital imperialista e promovem profunda regressão dos direitos sociais.

1. Do surgimento do liberalismo ao imperialismo

O liberalismo econômico é uma doutrina que surgiu no século XVIII com Adam Smith, em seu clássico *A riqueza das nações*, defendendo o livre comércio (SMITH, 1996). A doutrina econômica liberal ganhou adesões e floresceu durante o século XIX, perdendo importância durante a eclosão da Primeira Guerra Mundial e posteriormente com o colapso do capitalismo durante a década de 1930 (PETRAS, 1997).

Na prática foi o protecionismo e não o livre comércio que levou a prosperidade a Inglaterra e a todos os países desenvolvidos que se transformaram em grandes potências, como é o caso dos Estados Unidos da América do Norte (CHANG, 2009; GALEANO, 2010).

A guisa de exemplo, a Inglaterra mantinha-se com a exportação de lãs e não tinha tecnologia industrial para competir com os holandeses que tinham muito mais lucro vendendo as roupas feitas com a

lã importada da Inglaterra. No reinado de Elizabeth I (1558-1603), com capacidade para processar toda a manufatura da lã, as exportações foram suspensas, e os holandeses foram a falência por não contarem com a matéria prima. Depois de conquistar liderança tecnológica nos manufaturados por meio de barreiras tarifárias de longa duração é que a Inglaterra ingressou num período de livre comércio (1860-1932) (CHANG, 2009).

As ideias liberais que serviram de suporte às revoluções burguesas tiveram seu amadurecimento no século XIX, com o pleno desenvolvimento do capitalismo (Hobsbawm (1996). Em 1848, inicia-se a era do capital, o período áureo do capitalismo de livre concorrência (Hobsbawm, 1982), o qual foi superado, no entender de Lênin já nas primeiras décadas do século XX.

Na época do imperialismo o objetivo da produção capitalista continuou sendo a expansão da sua valorização por meio da exploração cada vez maior do proletariado e o consequente aumento da extração da mais-valia que se potencializa pela concentração de riqueza e poder nas mãos das grandes corporações que atuam em todas as áreas da economia internacional apoiadas pelos seus estados nacionais, formando o que Lênin (1985) descreveu como as características do desenvolvimento do capitalismo e sua transformação em imperialismo através das seguintes evidências:

- 1). Anos 1860-1880: ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não são mais do que embriões dificilmente perceptíveis; 2). Após a crise de 1873: período de grande desenvolvimento dos cartéis; no entanto, eles ainda aparecem apenas a título excepcional. Carecem ainda de estabilidade. Têm ainda um caráter transitório; 3) Expansão do fim do séc. XIX e crise de 1900-1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo se tornou imperialismo (LENIN, 1985, p. 22).

São os grandes monopólios capitalistas que, ao controlar a produção em larga escala, acabam por limitar significativamente a livre concorrência de capitalistas que não possuem o mesmo poderio econômico e tecnológico para competir no mercado.

As cinco características principais do imperialismo foram classificadas por Lênin como:

- (1) Concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; (2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse 'capital financeiro', de uma oligarquia financeira; (3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; (4) formação de uniões internacionais monopolistas que partilham o mundo entre si, e (5) termo da partilha territorial de todo o mundo entre as maiores potências capitalistas (LENIN, 1985, p. 88).

Na atualidade esses meios foram mais sofisticados ainda com o capital financeiro capturando a maioria dos governos por meio de sua influência econômica durante as eleições e indicando representantes de seu interesse para ocupar postos-chaves no governo, evidenciando a importância da conquista do Estado para o exercício do domínio de classe (MINELLA, 1997; MÉSZÁROS, 2015; LOSURDO, 2016) como evidenciara Marx, no século XIX, ao afirmar que “todo o moderno círculo financeiro, está entrelaçado da forma mais íntima com o crédito público” (MARX, 1978, p. 384).

Se o termo da partilha territorial entre as grandes potências foi encerrado, seguiu-se uma luta pela dominação de esferas de influência entre países capitalistas e socialistas em plano mundial, bem como entre países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos. A violenta concorrência, entre os monopólios capitalistas, pelas fontes de matérias-primas, especialmente o petróleo, e pelos mercados, foi a causa de intervenções militares das potências imperialistas em diversos países, da implantação de ditaduras militares que limpavam o terreno para o imperialismo e da desestabilização de governos progressistas (PETRAS, 2000; GALEANO, 1996).

O imperialismo exporta as tensões criadas pela luta de classes dos centros de acumulação dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos, que originam as relações de dependência. Com efeito, Lênin já assinalava que nos países atrasados era possível extrair lucros maiores por que a força de trabalho era mais barata e as matérias-primas também e assim o lucro retornava para o país imperialista. Para Lênin, os superlucros no centro do capitalismo permitiam subornar os líderes dos trabalhadores e a camada superior da aristocracia operária nos países capitalistas dominantes (HARVEY, 2005, p. 68).

Como ensinam Marx e Engels há uma tendência de o desenvolvimento capitalista estabelecer relações de dominância e subordinação entre nações a depender do grau de desenvolvimento de suas forças produtivas:

As relações entre diferentes nações dependem do ponto até onde cada uma delas tenha desenvolvido suas forças produtivas, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno. Esse princípio é, em geral, reconhecido. Mas não apenas a relação de uma nação com outras, como também toda a estrutura interna dessa mesma nação depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. (MARX; ENGELS, 2007, p. 89).

Harvey assevera que o imperialismo tem que ser considerado como resultante inevitável do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, em escala mundial, com o correspondente desenvolvimento desigual da luta de classes. O capital então se torna móvel para escapar da consequência da luta de classes, travada num lugar e tempo específicos, e repatria seus superlucros (HARVEY, 2005, p. 68). Além disso, Harvey (2013) assevera que há uma espoliação dos direitos sociais, ou seja, a transformação de serviços públicos em mercadorias, por meio da privatização da água, da previdência, da saúde, entre outros.

Em consonância com Lênin (1985, p. 20) “as diferenças existentes entre os países capitalistas em matéria de protecionismo e livre mercado apenas determinam variações insignificantes na forma dos monopólios”, portanto, a concentração da produção se mantém como uma “lei geral e essencial do atual estágio de evolução do capitalismo”.

Essas variações persistem no capitalismo contemporâneo onde, como resposta a crise estrutural do capital iniciada na década de 1970, os países capitalistas mais desenvolvidos impõem a abertura dos mercados aos países menos desenvolvidos para dominá-los por meio não só da exportação de mercadorias industrializadas com alto valor agregado e de capitais que depois retorna aos centros imperialistas por meio de exportações dos lucros às matrizes das empresas multinacionais, pagamento de royalties, pagamento das dívidas, exploração de recursos minerais e agrícolas (GALEANO, 1996).

Além disso, o imperialismo desenvolve outras estratégias como o rebaixamento dos custos trabalhistas por meio da flexibilização dos mercados de trabalho, o rebaixamento das barreiras comerciais e a privatização de empresas públicas, que são exigidas pelos órgãos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que estão sob controle dos Estados Unidos da América do Norte. Então, sob as condições de concentração e centralização de capitais em escala ampliada no século XXI, a diminuição do grau de protecionismo tende a aumentar o poder dos monopólios ao contrário do que pregam os neoliberais em sua permanente campanha pela privatização das empresas públicas.

Um dos elementos que dão fundamento ao poder econômico internacional são as empresas multinacionais de Estados concorrentes. Para Petras (2007), o imperialismo norte-americano continua hegemônico mundialmente. Em termos absolutos e relativos os Estados Unidos da América contam com 227 (45%) das 500 mais importantes empresas multinacionais do mundo. A potência capitalista do Norte é seguida pela Europa Ocidental, com 141 empresas (28%), e Ásia, com 92 empresas (18%).¹

2. Do estado de bem-estar a regressão social do neoliberalismo

Para Borón (2003, p. 183), o keynesianismo provocou uma verdadeira transformação no Estado, agora transformado em “Estado de bem-estar”, com uma verdadeira revolução na ciência econômica. A acumulação capitalista se legitimava com crescente consenso das classes e camadas subalternas “que agora tinham também maior capacidade de pressão sobre as estruturas estatais” e uma gama de reivindicações “que expressava uma consciência muito mais sofisticada em relação a sua condição social”.

Com a intervenção do Estado na economia seguiu-se um período de recuperação notável da economia mundial e a possibilidade da construção de um modelo social-democrático de desenvolvimento que vive os seus anos gloriosos desde a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970. Segundo

¹ Para determinar as 500 empresas multinacionais mais importantes, Petras se baseou nos critérios e cálculos utilizados pelo *Financial Times* em seu documento *Special Report FT Global 500*, de 27 de maio de 2004. A classificação das empresas foi realizada com base em seu valor de mercado que se obtém multiplicando o número de ações de cada empresa pelo valor de cada ação emitida (PETRAS, 2007, p. 11-12). O cálculo foi realizado em 25 de março de 2004.

Furtado (1974, p. 44), a taxa média de crescimento nos países centrais no período 1950-1969 mais que duplicou. A taxa foi de 3,5% per capita nesse período. E, as taxas históricas anteriores foram as seguintes: França (1845-1950) 1,4%; Alemanha (1865-1952) 1,5%; Grã-Bretanha (1865-1950) 1,3%; Estados Unidos (1875-1952) 2,0%, Japão (1885-1952) 2,6%. Nos países periféricos a taxa foi de 2,5%, no período 1950-1969, mostrando a existência de uma brecha econômica e social entre países do centro e da periferia.

Contudo, com a crise capitalista de 1973, quando o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão, as ideias neoliberais ressurgem com força questionando o Estado de bem-estar social com seus apologetas atacando a intervenção do estado como a principal causa da crise. Nesta ocasião, os teóricos neoliberais reforçam a denúncia de qualquer limitação dos mecanismos de mercado como um inimigo letal da liberdade econômica e política (ANDERSON, 1996).

Para Hayek e seus adeptos, a raiz da crise dos anos 1970 residia no excesso de poder dos sindicatos e do movimento operário, os quais, segundo eles, com suas reivindicações excessivas por melhores salários e sua pressão parasitária sobre o Estado aumentavam os gastos sociais. Eles defendiam energicamente que o Estado rompesse o poder dos sindicatos, praticasse a austeridade monetária, e fosse sóbrio nos gastos sociais e na intervenção econômica, reduzindo os tributos sobre as rendas mais altas e restaurando uma “nova e saudável desigualdade que iria voltar e dinamizar as economias avançadas” que estavam às voltas com uma estagnação econômica combinada com inflação que eles acreditavam que se devia ao intervencionismo keynesiano e beveridgiano (ANDERSON, 1996, pp. 10-11).

Os membros do grupo se descreveram como “liberais” no sentido europeu tradicional marcando assim seu compromisso com a ideia de liberdade pessoal. O rótulo “neoliberal” marcava a adesão do grupo às ideias do livre mercado da economia neoclássica que aparecera na segunda metade do século XIX com os trabalhos teóricos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras, mas também adotava os princípios da economia clássica de Adam Smith, sobretudo a sua tese de que a mão invisível do mercado era o melhor instrumento para produção de riqueza e poder em benefício de todos (HARVEY, 2012, p. 29-30).

A teoria neoliberal passou a ganhar aura de respeitabilidade quando concederam o prêmio Nobel da economia a Hayek, em 1974, e a Friedman, em 1976. Esse prêmio estava sob o rígido controle da elite bancária suíça e a partir de então, a teoria neoliberal, em especial a sua versão monetarista, ganhou forte influência numa “variedade de campos políticos”. Por exemplo, durante o governo Carter, a desregulação da economia surgiu como uma das propostas para enfrentar o estado crônico de estagnação que prevalecia nos Estados Unidos por toda a década de 1970. Mas, a sua implantação mais dramática se observa no nível do capitalismo avançado, nos Estados Unidos, a partir do governo Reagan, em 1981, e na Inglaterra, com o governo de Margareth Thatcher, em 1979 (HARVEY, 2012, p. 31).

Além dos conservadores, houve também a conversão da social-democracia ao livre mercado. Governos como Mitterrand, na França, González, na Espanha, Soares, em Portugal, Craxi, na Itália, e Papandreu, na Grécia, apresentaram-se todos como uma alternativa progressista ao neoliberalismo de

Reagan e Thatcher. Mitterrand, do Partido Socialista, tinha iniciado seu governo empenhando-se em executar uma política de “deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social”, mas pressionado pelo mercado financeiro internacional, adotou a ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, contendo o orçamento, fazendo concessões fiscais ao grande capital e abandonando a política de pleno emprego (ANDERSON, 1996, pp. 12-14).

Para David Harvey a base científica da teoria neoliberal é altamente contraditória, pois ao mesmo tempo em que afirma seu compromisso com as liberdades individuais e proclama sua desconfiança com relação a todo poder do Estado, alegando sua tendenciosidade política, não apresenta a mesma desconfiança no que diz respeito à necessidade de um Estado forte para a defesa da propriedade privada, das liberdades individuais e das liberdades de empreendimento.

A função do Estado capitalista se tornou claramente hostil a toda forma de solidariedade que proteja os direitos dos trabalhadores e imponha restrições à acumulação capitalista. Os sindicatos independentes têm de ser disciplinados, se não, destruídos, em nome da “supostamente sacrossanta liberdade individual do trabalhador isolado” (HARVEY, 2012, p. 85).

A hostilidade sindical difundida pelos empresários foi apoiada pelos governos neoliberais. Reagan, em 1981, demitiu em bloco 13 mil controladores de voo que tinham entrando em greve reivindicando melhores condições de trabalho e salário, assim as greves diminuíram em 2/3 durante os anos 1980 e 1990 (LOSURDO, 2016).

A flexibilidade passou a ser o mantra dos empresários para os mercados de trabalho trazendo um resultado geral bastante negativo para a classe trabalhadora: baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e de proteção ao trabalho (HARVEY, 2012).

Para Petras (1997) há semelhança e diferença entre o liberalismo e o neoliberalismo. Ambos defendem a ideia de que o mercado deve ser o único alocador de salários e capital, posicionam-se contra as regulamentações trabalhistas e ambientais e são a favor da autorregulação do mercado. Todavia, em termos do contexto em que surgiram há diferenças. O liberalismo combatia as restrições feudais para promover o desenvolvimento do capitalismo enquanto o neoliberalismo luta contra o capitalismo sujeito às influências do sindicalismo e advoga a supremacia das leis do mercado sobre a vida.² O liberalismo foi pressionado pelo movimento operário “a aceitar a legislação trabalhista, a previdência social e as empresas públicas”; enquanto que “o neoliberalismo prejudica o movimento trabalhista, elimina a legislação social e representa um retorno à fase inicial do liberalismo, anterior a existência dos sindicatos e dos partidos de trabalhadores”, afirma Petras (1997, p. 17).

² Para os neoliberais os contratos e a propriedade estão acima da vida, como afirma Hayek, cujas ideias influenciaram a implantação de políticas de livre mercado no Chile de Pinochet: “Uma sociedade livre requer certos valores que, em última instância, se reduzem à manutenção de vidas: não a manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas regras morais são as que levam ao ‘cálculo de vidas’: a propriedade e o contrato” (HAYEK. Entrevista ao Mercúrio. 19-4-81, Santiago, Chile; citado por Franz J. Hinkelammert em *Crítica a razão utópica*. São José: DEI, 1984, p.88 apud CONSULTA POPULAR. *O neoliberalismo ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres*. São Paulo: Consulta Popular, 1999).

Nos Estados Unidos a ofensiva neoconservadora foi elaborada em meio à crise internacional de legitimidade econômica, política, militar e de cujas entranhas surge o discurso que atacava o liberalismo estatalista, em voga desde os tempos de Franklin D. Roosevelt e agora em decadência. Surgem vários intelectuais com amplo acesso aos meios de comunicação de massa que tratam de exaltar e reafirmar apologeticamente a sociedade burguesa da era dos monopólios e da grande corporação que são encarados como fatos consumados e irreversíveis. Citam-se aqui as conclusões pessimistas da Comissão da Trilateral na década de 1970, com base no relatório de Samuel P. Huntington, da Universidade de Harvard, sobre a crise das democracias,³ e as críticas de Nathan Glazer, da mesma universidade, especialista em temas educacionais que criticava os programas de combate à discriminação das minorias étnicas, sexuais, linguísticas etc. Nathan afirmava em seu livro *Affirmative discrimination*, que um novo tipo de discriminação brotara daqueles programas liberais de reforma social e suas inesperadas consequências seriam ainda piores que os males que originalmente pretendia corrigir. Os ideólogos neoconservadores dariam base para uma hegemonia ideológica de base conservadora que se expressaria com a eleição do candidato republicano Ronald Reagan a presidência dos Estados Unidos, em 1980, derrotando o candidato democrata Jimmy Carter. Deste modo, é com base nesse pensamento neoconservador que se fundamentará o ataque aos direitos sociais vistos como base da erosão fiscal do Estado, da quebra da sua legitimidade e autoridade, e do excesso de direitos conquistados pela sociedade civil após a 2ª. Guerra Mundial (BORÓN, 2003, pp. 151-188).

Se nem tudo vai bem no Estado neoliberal que é inerentemente instável o que poderia substituí-lo? De acordo com Harvey há uma resposta neoconservadora a essa questão.

Assim como os neoliberais que os precederam, os ‘neocons’ (neoconservadores) havia muito vinham nutrindo suas concepções particulares da ordem social, tanto em universidades (sendo Leo Strauss particularmente influente na Universidade de Chicago) como em bancos de ideias generosamente financiados ou em publicações reputadas (tais como *Commentary*). Os neoconservadores americanos são favoráveis ao poder corporativo, à iniciativa privada e à restauração do poder de classe. O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das liberdades de mercado. Mas ele se afasta dos princípios do puro liberalismo, tendo remoldado práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar; na preocupação com a ordem como resposta ao caos de interesses individuais e, em segundo, na preocupação com uma moralidade inflexível como o cimento social necessário à manutenção da segurança do corpo político vis a vis de perigos externos e internos (HARVEY, 2012, p. 92).

Essa preocupação com a ordem se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com o qual o neoconservadorismo se cobre. A resposta ao caos dos interesses individuais promovidos pelos neoliberais é a crescente militarização da vida social como remédio para o caos dos interesses individuais.

³ “Informe da Trilateral, caps. 2 e 3. Corresponde à seção norte-americana escrita por Samuel P. Huntington. A comissão Trilateral era uma associação de cidadãos ‘privados’ dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão que produziram um informe chamado *The governability of democracies* em maio de 1975” (GONZALES, 2012, p. 96).

Outra é o estilo paranoico de política externa americana que acentua ameaças externas de modo permanente para poder justificar os gastos do complexo industrial-militar desde o final da Segunda Guerra Mundial. Na atualidade o islamismo radical e a China parecem ser os principais candidatos externos (HARVEY, 2012).

No caso estadunidense intelectuais como Russel Kirk, junto com Robert Nisbet, são referências intelectuais essenciais da guinada à direita do Partido Republicano norte-americano, que se expressa com a defesa de ideias da plataforma republicana de 2012 com ênfase na “rejeição sistemática ao aborto; ênfase na família como uma instituição constituída exclusivamente por um homem e uma mulher; apoio irrestrito a Israel; defesa enfática e unilateral dos valores norte-americanos no mundo”, e em relação a questão social, a “rejeição ao estado de bem estar social através da diminuição sistemática do papel e do tamanho do governo na economia norte-americana; entre outras” (VIDAL, 2013, p. 262 apud SOUZA, 2016, p. 163).

O pensamento conservador se desenvolveu fortemente nos Estados Unidos e Inglaterra e vem influenciando a escalada de uma onda mundial conservadora. Governos liberais conservadores alcançam o governo em vários países. O republicano conservador Donald Trump, se elegeu presidente nos Estados Unidos, em 2016; na Hungria, o governo de Viktor Orbán, do Fidesz - União Cívica Húngara, garantiu uma direção conservadora ao Estado; o partido Lei e Justiça, que representa a extrema-direita venceu, com ampla maioria e uma pauta conservadora, as eleições de 2015 na Polônia; na Dinamarca, a extrema-direita ascendeu ao poder em 2015, sob a liderança do primeiro-ministro Lars Løkke Rasmussen (SOUZA, 2016).

No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro, foi eleito com uma pauta liberal conservadora em 2018; entre tantos exemplos na cena internacional, sendo que uma vez eleito aprofundou as contrarreformas neoliberais aprovadas no período anterior, implementando a EC n. 95/2016, que congela os gastos sociais por vinte anos, acelerando privatizações de empresas públicas, aprovando uma reforma previdenciária regressiva em 2019 e aprofundando a dependência do capitalismo brasileiro às corporações internacionais e ao imperialismo estadunidense (SIMIONATO, 2019, p.122).

Em 2020, Donald Trump foi derrotado pelo democrata Joe Biden, nas eleições presidenciais, devido ao desgaste do seu governo no trato com as minorias raciais e ao enfrentamento da COVID-19, mas não se espera grandes transformações na política estadunidense de apoio ao livre comércio responsável pelo desenvolvimento do subdesenvolvimento na periferia.

3. As consequências econômicas e sociais do neoliberalismo

Na prática, a virada neoliberal está associada às necessidades de retomar as condições de acumulação do capital, reorganizando o capitalismo internacional, restaurando-se o poder econômico das elites nacionais, em prejuízo das necessidades sociais (PETRAS, 1997). Fica evidente, por isso, o aumento da concentração de capital nas mãos de poucos enquanto a desigualdade social aumenta em sentido oposto. Conforme revela Harvey (2012, 26-7):

Os Estados Unidos não estão sozinhos nisso. O 1% mais rico da Grã-Bretanha dobrou sua parcela da renda nacional a partir de 1982, de 6,5% a 13%. E um exame mais detido revela extraordinárias concentrações de riqueza e de poder surgindo em toda parte. Na Rússia, depois da ‘terapia do choque’ neoliberal aplicada nos anos 1990, surgiu uma pequena e poderosa oligarquia. Extraordinários surtos de desigualdade de renda e riqueza ocorreram na China com a adoção de práticas orientadas para o livre mercado. A onda de privatização no México a partir de 1992 lançou uns poucos indivíduos (como Carlos Slim) quase da noite para o dia na lista dos mais ricos do mundo da revista *Fortune*. Globalmente, ‘os países da Europa Oriental e da Comunidade de Estados Independentes (CIS) registraram alguns dos maiores aumentos já ocorridos... em desigualdade social. Os países da OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e para o Desenvolvimento) também registraram grandes aumentos de desigualdade a partir dos anos 1980’, enquanto a ‘diferença de renda entre os 20% da população do mundo que vive nos países mais ricos e os 20% da população do mundo que vive nos países mais pobres era de 74 para 1 em 1977, sendo de 60 para 1 em 1990 e de 30 para 1 em 1960. Embora haja exceções a essa tendência (vários países do Leste e do Sudeste Asiático tem mantido até agora em limites razoáveis as desigualdades de renda, como o faz a França, os dados sugerem vigorosamente que a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas.

Em tese “o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio” (HARVEY, 2012, p.75). Na prática o que ocorre na economia mundial é uma contínua oligopolização das empresas que dependem cada vez mais da ação do Estado para sobreviver e se desenvolver como foi comprovado na recente crise de 2007/2008 quando foram despejados bilhões de dólares para salvar as empresas consideradas pelas classes dominantes como grandes demais para falir com o endividamento astronômico dos estados, como no caso dos Estados Unidos, cuja dívida superou os 10 trilhões de dólares, ou seja, “um milhar de vezes a idade do nosso universo” (MÉSZÁROS, 2009, p. 21).

Na verdade o estado capitalista está sempre presente atuando no desenvolvimento do capitalismo, desde os tempos da chamada acumulação primitiva de capital no seu berço que foi a Inglaterra onde os liberais defendiam as liberdades na metrópole enquanto transformavam pela força das armas os povos da periferia em colônias como, por exemplo, China, Índia e Egito, e chegando finalmente a era do imperialismo total onde o Estado continua a ser um instrumento por excelência na conformação do mercado mundial, na dominação de classes e na relação entre países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos (FERNANDES,1985; 2005; 2009; MARX;ENGELS, 1998).

Houve reforço do poder de classe dos capitalistas com o neoliberalismo, no entanto, em termos de crescimento econômico, Harvey demonstra com dados que foi um fracasso, pois suas políticas levaram a baixíssimas taxas de crescimento da economia mundial.

As taxas agregadas de crescimento global ficaram em mais ou menos 3,5% nos anos 1960 e mesmo no curso da conturbada década de 1970 caíram para apenas 2,4%. Mas as taxas subsequentes de crescimento de 1,4% e 1,1% nos anos 1980 e 1990 (e uma taxa que mal alcança 1% a partir de 2000) indicam que a neoliberalização em larga medida não conseguiu estimular o crescimento mundial (HARVEY, 2012, p. 165).

Os países do leste europeu, submetidos às terapias de choque neoliberais tiveram perdas catastróficas. A Rússia, por exemplo, sofreu uma queda de 3,5% anual do seu PIB, uma grande parcela da população caiu na pobreza, no desemprego e a expectativa de vida para a população do sexo masculino se reduziu em cinco anos. Na América Latina, a neoliberalização produziu a chamada década perdida ou surtos de crescimento seguidos de colapso como na Argentina. Na África a neoliberalização também não gerou resultados positivos.

Só no leste da Ásia e na Índia se registrou alguns índices positivos de crescimento, mas nesses países Estados desenvolvimentistas não muito neoliberais tiveram papel importante. A China cresceu 10% ao ano em contraste com a Rússia que declinava 3,5% ao ano. A economia informal disparou no mundo e em toda a América Latina, onde passou de 29% nos anos 1980 para 44% da população economicamente ativa nos anos 1990. Quase todos os indicadores de saúde, expectativa de vida, mortalidade infantil etc. demonstraram perdas e não ganhos de bem-estar a partir dos anos 1960. A grande redução da pobreza mundial se deve quase por completo às melhorias ocorridas na China e na Índia. De fato, o controle da inflação e sua redução são os únicos sucessos que o neoliberalismo pode reivindicar (HARVEY, 2012, p. 168).

Na era da neoliberalização surgem os “trabalhadores descartáveis”. Trabalhadores mexicanos com contratos de curto prazo trabalham em agronegócios na Califórnia e são vergonhosamente repatriados quando adoecem ou morrem pela exposição aos agrotóxicos. Abundam relatos de condições de trabalho esterecedoras e despóticas dos trabalhadores em *sweatshops*, forma moderna de trabalho semiescravo em países asiáticos (HARVEY, 2012, p. 182). No mundo real há cerca de 2 bilhões de pessoas condenadas a viver com menos de 2 dólares por dia, inundadas por uma cultura consumista capitalista, de um lado, e pela precarização cada vez maior das proteções sociais, de outro (HARVEY, 2012, p. 184).

As políticas neoliberais que surgiram na esteira das crises cíclicas do capital provocaram um aumento extraordinário do desemprego e da precarização do trabalho no mundo, aumentando a insegurança no trabalho (Antunes, 2013). Segundo Antunes (2018), o Estado desempenha cada vez mais um papel de gestor de negócios da burguesia financeira, e os governos, na sua imensa maioria, pautam suas ações pela desregulamentação dos mercados, principalmente o mercado financeiro e o mercado de trabalho. Condições laborais precárias aumentaram o adoecimento dos trabalhadores, com o registro de 2,02 milhões de mortes, as quais resultaram do desenvolvimento de doenças contraídas em razão da atividade profissional. Houve 321 mil falecimentos relacionados a acidentes de trabalho em 2012 (OIT, 2013). Quanto à precarização do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho estima que total de desempregados avançou para 172 milhões de pessoas em 2018, com 2 bilhões de trabalhadores, ou 61% da força de trabalho global, trabalhando na informalidade (ONU, 2019).

Com a oligopolização dos mercados que impedem a livre concorrência, os preços são determinados pelas grandes corporações, provocando o caos social mundial. Por exemplo, “o planeta produz dois bilhões de toneladas de grãos por ano, equivalente a cerca de um quilo por dia e por habitante, e ainda temos 800 milhões de pessoas passando fome”, devido ao vazio regulatório da economia internacional, sobretudo no

que diz respeito ao sistema financeiro, e assim “as grandes corporações da intermediação navegam livremente”, tendo como corolário negativo “a deformação do acesso a bens essenciais como a alimentação, a energia e matérias primas” (DOWBOR, 2017, p. 102).

Assim, as políticas de liberalização de mercados implementadas por governos neoliberais destroem o mercado nacional e reforçam o poder das grandes transnacionais. E, os mecanismos de manipulação tornam-se prática corrente. Um exemplo: em 2010, a Glencore controlava 55% do comércio mundial de zinco e 36% do comércio de cobre. Naquele ano, Vitol e Trafigura venderam 8,1 milhões de barris de petróleo por dia, o equivalente às exportações de petróleo da Arábia Saudita e da Venezuela juntas (SCHNEYER, p. 2 *apud* DOWBOR, 2017, p. 102).

Com uma recidiva crítica da crise estrutural do capital em 2020, acelerada pela pandemia do novo coronavírus (COVID 19), ampliou-se a tendência às desigualdades sociais. O Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê uma contração de 3% na produção mundial e de 11% no comércio global (IMF, 2020), enquanto a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê a perda de rendas, a diminuição dos salários, e a expansão do desemprego em 25 milhões de pessoas até o final do ano (OIT, 2020).

A concentração de riqueza nas mãos de pouco agrava cada vez mais as desigualdades sociais. A Oxfam, confederação britânica de organizações não governamentais que atua globalmente no combate à pobreza, divulgou o relatório sobre desigualdades sociais no mundo, mostrando que a concentração de renda no mundo praticamente dobrou na última década e, atualmente, 2.153 pessoas detêm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas (OXFAM, 2020, p.1).

Na América Latina a diminuição parcial das desigualdades sociais durante a emergência de governos desenvolvimentistas foi soterrada pelo esgotamento da expansão no contexto da crise mundial do capital, retornando o aumento das desigualdades frente aos baixos crescimentos econômicos e a ascensão de governos liberais conservadores que radicalizaram as políticas neoliberais que não tinham sido totalmente interrompidas pelos governos desenvolvimentistas.

Estima-se que como consequência da forte recessão econômica na região, que registrará uma queda do PIB de -7,7%, em 2020 a taxa da extrema pobreza se situou em 12,5% e a taxa da pobreza alcançou 33,7% da população. O total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020, ou seja, 22 milhões de pessoas a mais do que no ano anterior. Do total assinalado, registra-se que 78 milhões de pessoas estavam em situação de extrema pobreza, quer dizer, 8 milhões a mais do que no ano anterior (CEPAL, 2021).

Considerações finais

Os objetivos proclamados pelos organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial e o resultado prático das políticas liberais por eles impostas aos países dependentes em termos de direitos são contraditórios. Estas instituições proclamam que o livre comércio

irá promover o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da humanidade, mas, os resultados dos últimos anos apontam uma inequívoca piora das desigualdades sociais e da proteção ambiental no mundo.

Historicamente o que se observa é que o livre comércio idealizado pela burguesia ascendente dos tempos de Adam Smith foi sendo restrito pelos monopólios capitalistas desde o final do século XIX. Assim, mesmo que se aprovelem leis de liberalização econômica, a concentração de capital continua em escala ascendente no mundo, demonstrando que num contexto de liberdade econômica sem limitações estatais as grandes corporações engolem as mais fracas, promovendo a concentração de capital, patrimônio e poder.

Observa-se que a presença do Estado continua muito forte no capitalismo contemporâneo mesmo sob as governanças liberais conservadoras. O que pode ser discutido é a direção em que o Estado atua. O que se tornou hegemônico nas últimas décadas é o deslocamento da ação social para uma ação pró empresas, tornando-se cada vez mais clara a função do estado como órgão de classes a serviço da burguesia e não a serviço da sociedade como um todo.

Como ensina Petras (1996, p. 12), a alocação dos recursos estatais abrigados no fundo público “é essencial na maioria dos países por causa das desigualdades regionais de suprimentos, imigração, produtividade e demanda por um produto ou riqueza de razão histórica”. Apenas as decisões tomadas pelo governo central podem “redistribuir recursos para compensar as regiões menos desenvolvidas, classes, gêneros e grupos raciais adversamente afetados pelos fatores acima”. E, diversamente, o mercado “tende a favorecer aqueles com vantagens históricas e suprimentos favoráveis, criando padrões polares de desenvolvimento, ou mesmo exploração inter-regional de classe e conflitos étnicos”.

Enfim, os dados colhidos no artigo mostram que há um profundo agravamento das desigualdades sociais, como consequência das políticas neoliberais defendidas pelos países imperialistas desde os anos 1970. Uma saída para essa situação passa necessariamente pela defesa da soberania nacional, pela distribuição de renda, ampliação dos direitos sociais aos trabalhadores. Para tanto será necessário o esforço das classes subalternas em organizarem lutas sociais que impulsionem a eleição de governos alinhados aos seus interesses e sustentem mudanças estruturais na economia mundial e latino-americana.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BORÓN, Atílio. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2020**. Santiago: Naciones Unidas, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46784-panorama-social-america-latina-2020-resumo-executivo>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CONSULTA POPULAR. **O neoliberalismo ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres**. São Paulo: Consulta Popular, 1999.

CHANG, Ha-Joon. **Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo e outros textos**. São Paulo: Xamã, 2005.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1996.

GONZALES, Horacio Ricardo. O futuro da seguridade social. *In: Direito do Trabalho: por uma Carta sociolaboral latino-americana*. São Paulo: LTr, 2012.pp. 93-108.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. **A revolução francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HINKELAMMERT, Franz J. em **Crítica a razão utópica**. São José: DEI, 1984.

IMF – International Monetary Fund. World Economic Outlook: **The Great Lockdown**; Executive Summary, abril 2020. Washington, DC, EUA, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>. Acesso em: 08 mai. 2020.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente: crise, sociedade do espetáculo, guerra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINELLA, Ary César. Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC. In OURIQUES, N.D.; RAMPINELLI, W.J. (orgs). **No fio da navalha**. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

Oxfam GB. **Tempo de cuidar**: O trabalho de cuidado mal remunerado e não pago e a crise global da desigualdade. Oxfam House: Oxford, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em 23 ago. 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Organização Internacional do Trabalho (OIT):** desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram. Nova Iorque: ONU, 2019. Matéria disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. *O COVID-19 causa perdas devastadoras de empregos e horas de trabalho*. Brasília: OIT, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_741052/lang--pt/index.htm. Acesso em: 07 abr. 2020.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Doenças profissionais são principais causas de mortes no trabalho**. Brasília: OIT Brasil, 23 abr. 2013. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/doencas-profissionais-sao-principais-causas-de-mortes-no-trabalho>. Acesso em: 25 dez. 2016.

PETRAS, James. **Imperialismo e luta de classes no capitalismo contemporâneo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In OURIQUES, N.D.; RAMPINELLI, W.J. (orgs). **No fio da navalha**. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

PETRAS, James. **Intellectuals**: a Marxist critique of Pos-Marxist. Binghamton University, NY, EUA, mimeo, (1996).

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Editora da UERJ, 2001.

SILVA, Mauri Antônio. **Consequências da crise do capital sobre a classe trabalhadora (1990 a 2016)**. Tese (doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2017. 307 p.

SIMIONATO, Ivete. Serviço Social, reação conservadora e o ataque ao marxismo. In SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019, p.122

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2016.